

Diversidades e Confluências no Campo do Terceiro Setor: Um Estudo de Organizações Baianas

Autoria: Vanessa Paternostro Melo, Tânia Fischer, Jair Sampaio Soares Junior

Resumo

Este trabalho busca caracterizar o perfil de organizações do terceiro setor e analisar a diversidade existente, além de contribuir para uma reflexão sobre o conceito de terceiro setor. Para tanto, foi desenvolvido um estudo apoiado em dados primários sobre 180 organizações da sociedade civil situadas em Salvador/Bahia e com base no referencial teórico sobre terceiro setor. Em síntese, verificou-se que há uma grande diversidade no campo do terceiro setor, gerando questionamentos sobre a legitimidade de algumas organizações pertencerem a esta esfera. Por outro lado, observa-se uma semelhança entre as organizações no que tange à atuação em mais de uma área e ao comprometimento com questões sociais, em geral. Além disto, detectou-se que o estabelecimento de parcerias é importante para o desenvolvimento de projetos e ações sociais e que o nível de relacionamento interorganizacional tem relação com os tipos de fontes financiadoras que as organizações possuem.

1. Introdução

O terceiro setor é constituído pelas organizações que não pertencem à esfera do Estado nem à esfera do mercado. São todas as organizações sem fins lucrativos e não governamentais. Assim, este campo abarca uma ampla gama de tipos organizativos. Se por um lado constata-se que a diversidade organizacional é uma característica, por outro lado há elementos que integram as organizações do terceiro setor enquanto uma esfera à parte, além do Estado e do mercado.

Apesar do uso cada vez mais comum da expressão terceiro setor, pouco se conhece sobre as organizações que o compõem. Fischer e Falconer (1998, p. 5), ao constatarem algumas dificuldades na consolidação de parceria entre o Estado e organizações do terceiro setor, argumentam que “parte desta dificuldade repousa na indefinição do que é este terceiro setor, de como são as organizações que podem ser consideradas como componentes dele”. Deste modo, ratificam a necessidade de se conhecer melhor este universo organizacional.

Na tentativa de compreender melhor o que é o campo do terceiro setor, foi realizado um mapeamento de organizações para a identificação de perfis organizacionais e para uma reflexão sobre o conceito de terceiro setor a partir da análise dos dados levantados, permitindo um confronto entre o que diz a teoria e a realidade prática. O estudo buscou responder a seguinte pergunta: como se caracterizam as organizações do terceiro setor em Salvador/Bahia? Por se tratar de uma questão ampla, tornou-se necessário delinear dimensões a serem estudadas. Assim, foram consideradas as seguintes dimensões em relação às organizações pesquisadas: tipos jurídico-organizativos; ano de fundação; abrangência geográfica das ações; áreas de atuação das organizações; serviços prestados; públicos atendidos; perfil dos dirigentes; perfil dos trabalhadores; orçamento anual; parcerias estabelecidas; fontes de financiamento; participação em “espaços de articulação interorganizacional” (conselhos, fóruns, Agenda 21, planejamentos governamentais, orçamento participativo); principais dificuldades enfrentadas.

2. A Condução do Estudo

Após um estudo bibliográfico e um levantamento de dados secundários que embasaram a elaboração de um instrumento de coleta de dados, foi realizada uma pesquisa de campo em organizações do terceiro setor situadas em Salvador/Bahia.

Para a construção de um cadastro geral de organizações, base para a pesquisa de campo, foram obtidos dados através das seguintes instituições: Associação Brasileira de ONGs (ABONG); Capacitação Solidária (Programa Comunidade Solidária); Secretaria de Ação

Social, Emprego e Renda da Prefeitura de Camaçari; Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC); Centro de Voluntários da Bahia (CVB); Rede de Informação sobre Terceiro Setor (RITS); Movimento de Intercâmbio Artístico Cultural para a Cidadania (MIAC); Rotary Club; Instituto Kanitz; Cipó Comunicações; Gazeta Mercantil; Federação Nacional das APAEs – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAE); Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia (SETRAS); Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social da Prefeitura de Salvador (SETRADS); Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ). Para a seleção das organizações a serem visitadas para entrevista direta, foi adotado o procedimento de amostra não-probabilística. O cadastro geral de organizações constituído, com cerca de 600 organizações, foi considerado o universo amostral. O uso de amostra não-probabilística deveu-se à inexistência de cadastros que contivessem toda a população de organizações da sociedade civil no Estado da Bahia. Foram entrevistados representantes das entidades possíveis de serem localizadas no mês de julho de 2001, período definido em função dos interesses da entidade financiadora.

Pode-se dizer que foi realizada uma pesquisa do tipo *survey*, que assemelha-se ao censo, mas aplica-se a uma amostra da população, com o objetivo de descrever e, a partir de uma análise multivariada das respostas, de explicar algumas evidências obtidas na pesquisa. Tal *survey* pode ser classificado com interseccional, pois os dados foram colhidos num momento específico para descrever uma população maior, neste mesmo momento. (BABBIE, 1999)

A partir de uma revisão crítica dos dados obtidos nas entrevistas, já tabuladas, foi necessário ratificar ou retificar algumas respostas a fim de garantir a fidedignidade e a qualidade da pesquisa. Esta etapa foi realizada através de telefonemas ou visitas a determinadas organizações, processo que foi definido e finalizado até agosto de 2002. Um total de 180 organizações constituiu o cadastro de organizações pesquisadas. Finalmente, foi realizada uma análise quanti-qualitativa dos resultados obtidos, com apoio estatístico e a utilização do software *Sphinx Léxica*. Assim, foi possível caracterizar o perfil das organizações do terceiro setor em Salvador e analisar a diversidade existente, buscando-se também contribuir para uma reflexão sobre o conceito de terceiro setor.

3. O Que é o Terceiro Setor?

Apesar de já não ser mais novidade, o termo terceiro setor ainda provoca dúvidas e confusões acerca de seu significado. Representando as organizações da sociedade civil e sem fins lucrativos, esta conceituação pressupõe a existência do primeiro setor, representado pelo mercado, e do segundo setor, representado pelo Estado¹. O termo terceiro setor começou a ser utilizado nos Estados Unidos, a partir da década de 70. Nos anos 80, passou a ser adotado também na Europa. No Brasil, tal fato ocorreu década de 90, a partir de pesquisadores como Leilah Landim e Rubem César Fernandes. (COELHO, 2000)

De acordo com a finalidade, o terceiro setor divide-se em dois grupos: (a) organizações constituídas para atender os interesses de seus membros (*member-serving organizations*), como é o caso dos sindicatos, das associações profissionais, das associações de bairro, associações empresarias; (b) organizações de interesse público e/ou coletivo, a exemplo de entidades que apóiam vítimas de discriminação, portadores de determinadas doenças ou deficiência física, instituições de caridade e organismos de proteção ao meio-ambiente (RODRIGUES, 1998). Assim, o terceiro setor é composto de tipos organizativos variados, composto desde organizações de base comunitária, sindicatos e igrejas a hospitais e escolas.

Tendo em vista a necessidade de realizar comparações internacionais entre organizações desta natureza, Salamon e Anheier (1992) propõem uma definição estrutural-operacional que caracterize as organizações do terceiro setor de forma ampla. Assim, as organizações do terceiro setor devem ser: (a) formais: têm algum grau de institucionalização, o que não implica ser legalizada. Reuniões regulares, regras de procedimentos ou algum nível de

organização caracteriza esta formalidade. Ficam excluídos do universo do terceiro setor, por exemplo, os movimentos sociais efêmeros; (b) privadas: não podem ser parte integrante do governo nem dirigida predominantemente por membros do governo; (c) não-distributivas de lucros: podem gerar lucro, mas não podem dividir entre os membros. Os lucros devem ser investidos na missão da organização, não distribuídos entre seus “donos” ou dirigentes; (d) autônomas: devem ter seus próprios procedimentos de governança e não devem ser controladas por entidades externas; (e) voluntárias: devem envolver algum grau de participação voluntária, nem que seja somente no âmbito da diretoria.

Para ser considerada parte do terceiro setor, uma organização tem que perpassar por todos estes cinco critérios. Esta definição estrutural-operacional não caracteriza as instituições quanto a sua função, abrindo um espaço para que uma ampla gama de organizações sejam enquadradas na esfera do terceiro setor. Segundo Salamon e Anheier (1992), as cooperativas populares, apesar da finalidade lucrativa, enquadram-se no universo do terceiro setor devido ao seu caráter específico de beneficiar a comunidade.

Fernandes (1994) define o terceiro setor da seguinte forma:

[...] pode-se dizer que o terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (p.27)

Esta definição incorpora a dimensão funcional das organizações, sendo mais representativa da percepção que as pessoas têm, de modo geral, sobre o que é o terceiro setor.

3.1. Aspectos de Gestão do Terceiro Setor

O'Neill (*apud* FALCONER, 1999) define algumas especificidades relativas às organizações do terceiro setor, em comparação com as empresas, e que têm impacto sobre os processos de gestão desenvolvidos: (a) missão: o propósito central das organizações é a provisão de algum bem ou serviço, não é o lucro, diferentemente do que ocorre na iniciativa privada de modo geral; (b) valores: os valores ocupam uma posição central para a missão das organizações, orientando decisivamente sua atuação; (c) resultados: o entendimento e a mensuração dos resultados alcançados pelas organizações não seguem as práticas empresariais convencionais. Os indicadores econômicos adotados no mundo empresarial não fazem sentido, por exemplo, para medir o desempenho de uma organização que se propõe a atuar em relação a mulheres na prevenção de câncer de colo de útero. Medir impactos sociais não é uma tarefa fácil; (d) perfil do trabalhador: os trabalhadores das organizações do terceiro setor podem ou não ser remunerados. A gestão de voluntários envolve o desafio de manter os voluntários assíduos na organização, motivados e comprometidos com as atividades e responsabilidades assumidas; (e) ambiente legal: a legislação que regulamenta as organizações do terceiro setor é diferenciada e possui particularidades em relação a aplicação de recursos e tributação; (f) governança: diferentemente da iniciativa privada, não existem acionistas ou sócios via de regra. Portanto, as pessoas não têm poder com base no percentual de participação das ações ou cotas que possuem. A estrutura de poder e os processos decisórios atribuem um papel importante aos conselhos das organizações, que devem ser formados por pessoas voluntárias e não remuneradas; (g) aquisição de recursos: diferentemente das empresas, que obtêm seus recursos financeiros essencialmente através da venda de produtos ou serviços, e do governo, cujos recursos advêm substancialmente através da tributação, as organizações do terceiro setor tendem a possuir fontes variadas de recursos (doações institucionais; doações individuais; recursos governamentais, empresariais, de outras organizações do terceiro setor; venda de bens ou serviços etc.). Tais recursos são mais incertos, irregulares, requerendo uma capacitação para captação e geração de recursos; (h) complexidade organizacional: as organizações do terceiro setor são tipicamente mais

complexas em decorrência da variedade de serviços prestados, de públicos atendidos, de fontes de recursos financeiros etc..

Sobre os desafios enfrentados na gestão de organizações do terceiro setor, o trabalho de Teodósio (2001) evidencia a existência de dilemas entre: a necessidade de cumprir prazos e metas a curto prazo e a necessidade de gestão participativa — que leva tempo — tendo em vista transformações sociais mais amplas; os valores organizacionais próprios e os valores das organizações financiadoras, que podem tentar uma cooptação; assegurar auto-sustentação através de produção/venda de produtos/serviços e conseguir manter o foco na sua missão social — ao invés do foco nas questões comerciais. O autor aponta a formação de parcerias e a ação em redes como forma de superação de limitações operacionais.

Tenório (2001) também contribui para uma reflexão sobre desafios gerenciais das organizações não governamentais e aponta que a superação destes desafios envolve a incorporação de novos instrumentos gerenciais, tais como: criação de mecanismos de controle adequados à avaliação de impacto das ações; busca de visibilidade pela sociedade (publicidade das ações); identificação de áreas de atuação, produto/serviço oferecido e cidadãos-beneficiários; ação por meio de redes.

4. O Terceiro Setor no Brasil

4.1. O Surgimento das Organizações

No Brasil, evidencia-se uma forte relação entre surgimento/atuação das organizações da sociedade civil e atuação do Estado. Landim (1993 *apud* MENDES, 1999b) aponta o papel da Igreja Católica² na configuração da sociedade brasileira e na legitimação do Estado colonizador, verificando-se a sua presença na constituição de espaços, iniciativas e valores ligados à filantropia na época colonial. “Onde havia, nos primeiros séculos da colonização, organizações encarregadas da assistência social, do ensino, da saúde, vamos encontrar, juntos, a Igreja — com o mandato do Estado — na sua promoção” (p. 3). A relação com o Estado também fica clara no surgimento dos sindicatos e das chamadas organizações não governamentais (ONGs) brasileiras. Em relação às ONGs, Herbert de Souza (s.d. *apud* SANTANA, 1992) aponta o período entre os anos 1960 e 80 como o marco do seu surgimento, nascidas em função da luta política da sociedade civil contra o regime autoritário da ditadura militar que se implantou em 1964. Neste contexto, atuavam muito próximo da clandestinidade, ligadas a movimentos sociais de base, Igreja — que assume uma posição de crítica e oposição ao Estado ditatorial, atuando através da ação pastoral —, movimentos sindicais e populares. Tinham uma ênfase claramente de oposição em relação ao governo, expressa na terminologia “não governamental”.

No processo de surgimento das organizações não governamentais, também teve papel fundamental a influência de organismos internacionais (MEDINA, 1997).

Gohn (1997), analisando a atuação das ONGs no Brasil, coloca que nos anos 1990 tais organizações ganharam importância por serem potenciais parceiras do poder público, em decorrência de sua estruturação. Esta relação de parceria passou a ser estimulada, a partir do discurso neoliberal que pressupõe a retirada do Estado de uma série de atividades. Houve uma reconfiguração do modelo de financiamento às ONGs, passando-se do assistencialismo à auto-sustentabilidade. Houve, ainda, um fortalecimento de estruturas nacionais com a criação da ABONG (Associação Brasileira de ONGs) e da CMP (Central de Movimentos Populares), bem como o desenvolvimento de movimentos internacionais no Brasil, a exemplo da ONG ambientalista *Greenpeace*. O foco de ação das ONGs e dos movimentos sociais sofreu mudanças: da luta por transporte, saúde, educação e moradia para a luta pela sobrevivência física (alimentos e terra); luta por moral e ética política; luta por direito à pluralidade (movimentos de gênero, raça e idade); luta por uma participação direta na política.

Cabe destacar ainda, nos últimos anos, o fortalecimento do discurso de responsabilidade social empresarial no Brasil, sendo cada vez mais comum o investimento empresarial na área

social — seja através de estruturas organizacionais internas às empresas, seja através de estruturas independentes por elas criadas (integrantes do universo do terceiro setor).

4.2. O Uso da Expressão Terceiro Setor

No Brasil, há uma falta de consenso em torno do termo terceiro setor que tem explicação na sua própria origem. Originário dos Estados Unidos, o termo reflete a realidade deste país, “onde a relação a uma tradição de Estado Social não aparece como primordial na sua história” (p. 52). Nos EUA, o terceiro setor surgiu a partir da filantropia empresarial e está bastante atrelado à estratégia neoliberal (FRANÇA FILHO, 2001).

É fato que algumas organizações não simpatizam com a idéia de se identificar enquanto terceiro setor. Foi o caso da ABONG (Associação Brasileira de Organizações não governamentais) que, em 1998, declarou: “Nós não nos reconhecemos como parte do terceiro setor. Não achamos que esse modelo teórico contempla quem nós somos e o que fazemos”. (Silvio Caccia Bava, então presidente da ABONG, *apud* FALCONER, 1999, p. 10). Certamente, há uma dimensão política no termo ONG (organização não governamental) que não existe na expressão “terceiro setor”, daí a restrição ao seu uso por parte de alguns representantes de organizações não governamentais. Tal fato é compreensível, uma vez que o termo terceiro setor existe mais por exclusão — o que não é Estado nem mercado — do que por uma questão identitária das organizações.

Ainda em relação às restrições ao uso da expressão terceiro setor, vale ressaltar que Leilah Landim, uma das principais responsáveis pela introdução do termo terceiro setor no Brasil a partir de uma parceria com o *Johns Hopkins Center for Civil Society Studies* (EUA), veio a criticar o termo em 1999 (p. 9), colocando que

[...] evocando não o conflito, mas a colaboração e a positividade da interação, o termo terceiro setor tende a esvaziar as dinâmicas politizadas que marcam, pela força das circunstâncias, a tradição associativista das últimas décadas e talvez da história do Brasil.

Analisando esta crítica cuidadosamente, verifica-se que a restrição não se refere ao termo terceiro setor em si, mas talvez ao fato de esta esfera englobar organizações bastante diversas entre si e de o discurso em torno do terceiro setor ser permeado pela cooperação com organizações das demais esferas (Estado e mercado), o que pode gerar cooptação. Porém, este risco ocorre independentemente da denominação ser terceiro setor, organizações da sociedade civil (OSCs) ou, até mesmo, organizações não governamentais (ONGs).

Alves (2002, p. 308 e 309) faz uma crítica semelhante à de Landim ao dizer que

[...] apesar de “incorporar” diversas vozes, o discurso do Terceiro Setor é, antes de tudo *monológico*, voltado para os interesses de uma elite que pretende — acima de tudo — criar ambientes “*business friendly*”. Para isso, procura assimilar uma linguagem que é muito cara a pessoas e grupos que efetivamente procuram transformar a sociedade, destituindo-a de seus significados originais.

É preciso sempre lembrar que terceiro setor engloba todo tipo de organização sem fim lucrativo e que, portanto, não é uma esfera homogênea. Assim sendo, é preciso ponderar comparações, por exemplo, entre uma ONG ambientalista como o *Greenpeace* e uma entidade sem fim lucrativo criada e mantida por uma determinada empresa e que atua com projetos sociais para fins de marketing.

Seguindo as orientações de Fernandes (1994, p. 32),

Pensar “terceiro setor” significa reunir sob uma mesma classe conceitual atividades tão distintas que, no passado, costumavam ser vistas como contraditórias ou mesmo antagônicas. Perceber a relevância desta possibilidade de agrupamento ideal implica dar um passo no sentido de torná-lo eficaz e, neste sentido, acenar para a passagem do possível ao real.

A opção por estudar o campo do terceiro setor permite conhecer e compreender a diversidade que o permeia e diferenciá-lo do que seja Estado e mercado dentro da lógica do chamado modelo tri-setorial, considerando que a separação em setores não elimina a interface entre eles. Na tentativa de ilustrar o terceiro setor, alguns desenhos expressos por uma

importante organização do terceiro setor no país, a RITS – Rede de Informação sobre Terceiro Setor, deixam evidente esta imbricação entre os três setores:



Figura 1 – Representações do terceiro setor. (Fonte: www.rits.org.br, 05/09/2000)

Do desenho 1 ao desenho 4 (na Figura 1), percebe-se uma evolução no sentido da articulação entre as esferas do mercado, do Estado e do terceiro setor. No desenho 1, não existe articulação entre atores. No desenho 2, o terceiro setor é entendido como a interseção entre Estado e mercado. No desenho 3, a esfera do terceiro setor já é entendida separadamente e articulada com o Estado e com o mercado. Mas é no desenho 4 que é incluída toda a gama de organizações existentes em algum contexto, seja no Estado, no mercado, no terceiro setor ou as interseções entre eles, numa perspectiva de articulação. Fernandes (1994) colocou que a inclusão dos partidos políticos no universo de organizações não governamentais seria algo questionável, uma vez que os partidos políticos são organizados em função do Estado e alternam-se em seu controle. Do mesmo modo ele refletiu sobre a inclusão dos sindicatos e associações patronais, que cumprem também funções de mercado. Pensamento similar pode ser estendido para as fundações e institutos privados criados e instituídos por empresas pois, muitas vezes, as ações sociais são utilizadas para fins de promoção da imagem empresarial e, consequentemente, aumento do lucro.

Os exemplos acima seriam melhor ilustrados não no campo do terceiro setor puramente, mas nos campos de interseção entre Estado e terceiro setor ou entre mercado e terceiro setor. Acreditamos que isto ocorre porque as interorganizações — “espaços de confluência e interseção de organizações” (FISCHER, 1999) — estão presentes, caracterizando em maior ou menor intensidade as organizações.

5. As Organizações do Terceiro Setor em Salvador/Bahia

Foram pesquisadas 180 organizações em Salvador/Bahia. Conforme os **tipos organizacionais**, as organizações se classificam em:

<i>Tipo de organização</i>	<i>Quant.</i>	<i>%</i>
Sociedade civil sem fins lucrativos ou associação civil sem fins lucrativos	102	56,7
Igrejas ou associações religiosas	32	17,8
Sindicatos ou associações profissionais	19	10,6
Institutos privados	06	3,3
Federações ou congregações	05	2,8
Fundações privadas	04	2,2
Partido político	01	0,6
Não possui registro na Receita Federal (CNPJ), ou seja, não são legalizadas	09	5,0
Programa/projeto independente (ligado a uma organização formal para fins de gestão financeira de recursos)	02	1,1
Total	180	100

Tabela 1 – Tipos de Organizações do Terceiro Setor Pesquisadas

Em relação ao **ano de fundação** das organizações, 21,6 % foram criadas até 1959, sendo que apenas quatro surgiram antes de 1900 e duas delas, de cunho religioso, são do século XVI (Mosteiro de São Bento – 1582 e Santa Casa de Misericórdia da Bahia – 1549). Foram constituídas entre 1960 e 1979, 18,3% das organizações pesquisadas; de 1980 a 1989, 23,9% das organizações; a partir de 1990, foram criadas 36,1% do total pesquisado. Percebe-se que a realidade constatada condiz com estudos anteriores que apontam que o crescimento do terceiro setor no Brasil ocorreu após os anos 60 e que a Constituição Federal de 1988 e a Reforma do Estado proposta em 1995 podem ter contribuído para o surgimento de novas

organizações. Este fenômeno se relaciona também com o fortalecimento do discurso neoliberal, ou seja, de que o Estado está reduzindo sua atuação e, neste contexto, o terceiro setor cresce para atender a demandas sociais não atendidas pelo Estado.

Quanto à **abrangência geográfica das ações**, a maioria das organizações atua no âmbito estadual (39,4%), o que é compreensível uma vez que a pesquisa foi realizada na capital do Estado da Bahia e que a grande parte das organizações de atuação nacional e internacional encontra-se no eixo Rio de Janeiro – São Paulo³. Em nível nacional, atuam 18,3% das organizações; 16,7% atuam no âmbito municipal; 16,1%, na própria comunidade onde a organização está situada — em geral, associações de bairro ou comunitárias; 5,6% atua internacionalmente e 3,9% atua na Região Metropolitana de Salvador (10 municípios).

Em relação às **áreas de atuação** das organizações foram dadas múltiplas respostas. Deste modo, as organizações atuam conforme o quadro a seguir:

<i>Área de atuação</i>	<i>Quant.</i>	<i>%</i>
Educação/Profissionalização/Capacitação	126	70,0
Cidadania	100	55,6
Infância e Adolescência	76	42,2
Arte e cultura	75	41,7
Saúde	68	37,8
Assistência social	67	37,2
Direitos humanos/civis ou Justiça	66	36,7
Organização e participação popular	52	28,9
Combate à violência	48	26,7
Lazer	47	26,1
Religião/Ecumenismo	47	26,1
Prevenção/combate às drogas	44	24,4
Geração de trabalho e renda	42	23,3
Voluntariado	42	23,3
Políticas públicas	39	21,7
Comunicação	35	19,4
Meio ambiente	32	17,8
Desenvolvimento local sustentável	27	15,0
Gênero	18	10,0
Relações internacionais	13	7,2
Economia popular	11	6,1
Questão agrária/Movimentos rurais	11	6,1
Outros	4	2,2

Tabela 2 – Áreas de Atuação das Organizações Pesquisadas

Apenas 15 organizações pesquisadas apontaram apenas uma única área de atuação. As demais apontaram duas ou mais áreas de atuação. Pode-se inferir que dificilmente uma organização do terceiro setor fica restrita a apenas uma área de atuação na medida em que a percepção sobre o beneficiário tende a ser integral. Percebe-se que a maioria das entidades atua na área de Educação, Profissionalização e/ou Capacitação, perfazendo um total de 70%. Uma análise léxica dos exemplos de projetos fornecidos pelas organizações mostra que a palavra “educação” é a que mais aparece, seguida de “criança”, “capacitação” e “curso”.

No âmbito dos **serviços prestados** pelas organizações, também foram fornecidas respostas múltiplas, conforme quadro a seguir:

<i>Serviços Prestados</i>	<i>Quant.</i>	<i>%</i>
Capacitação profissional	88	48,9
Campanhas de esclarecimento/Mobilização	72	40,0
Atenção à saúde/Combate a doenças	66	36,7
Educação popular	66	36,7
Combate à discriminação/preconceito	65	36,1
Defesa dos direitos	59	32,8
Organização comunitária	58	32,2
Capacitação de lideranças	49	27,2

Pesquisas e estudos	46	25,6
Assessoria	43	23,9
Alfabetização	40	22,2
Banco de dados/Documentação/Informação	22	12,2
Crédito/microcrédito	9	5,0
Experimentação/Difusão de tecnologia	7	3,9
Desenvolvimento tecnológico	6	3,2
Educação à distância	6	3,3
Outros	25	13,9

Tabela 3 – Serviços Prestados pelas Organizações Pesquisadas

Apenas 18 organizações pesquisadas apontaram apenas um único tipo de serviço prestado. As demais apontaram dois ou mais tipos de serviços. Cabe esclarecer que o item “Educação popular” abarca atividades diversas com foco na educação, como por exemplo oficinas de arte-educação, aulas de percussão, dança, capoeira. Das organizações que atuam combatendo a discriminação ou o preconceito e especificaram a atuação, a maioria atua contra a discriminação existente em relação à raça negra. O item “Outros” envolve serviços como: creche, alojamento de estudantes, abrigo para idosos, doações de roupas/alimentos, ensino fundamental, ensino médio, clube de lazer.

Foram solicitados aos respondentes da pesquisa exemplos de projetos e ações desenvolvidas. É interessante notar que algumas organizações do tipo *member-serving*, como é o caso de sindicatos, estão atuando de forma ampla, não apenas para os seus membros. Por exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias e Empresas Petroquímicas da Bahia prestam serviços no âmbito do combate à discriminação e apoio à organização comunitária. O Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado da Bahia (SINDPOC) realiza um amplo trabalho na área de segurança pública e combate à violência, voltado para toda a sociedade; além disto, possuem acervo (documentos, artigos etc.) disponível à sociedade e buscam influenciar políticas públicas através da proposição de projetos de lei na área. Já o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia (SINJORBA), apesar de não elencar no rol de projetos nenhum voltado para outro público além dos próprios jornalistas, colocou que uma das principais dificuldades da instituição é adequar a estrutura sindical para as novas demandas sociais, o que denota o interesse por ampliar o escopo da atuação. Contudo, analisando a sua participação em espaços de articulação interorganizacional, verifica-se que o SINJORBA é a organização que mais participa de espaços diferenciados de articulação interorganizacional, estando engajado em iniciativas voltadas aos direitos humanos, ao combate às drogas e à violência.

O **público-alvo atendido** pelas organizações, assim com as áreas de atuação e os serviços prestados, também pode ser diversificado.

<i>Beneficiários</i>	<i>Quant.</i>	<i>%</i>
Adolescentes/Jovens	99	55,0
Sociedade em geral	80	44,4
Adultos	68	37,8
Crianças	67	37,2
Estudantes	58	32,2
Moradores do local	51	28,3
Mulheres	50	27,8
Membros da própria entidade	43	23,9
Homens	36	20,0
Classe trabalhadora	34	18,9
Idosos	34	18,9
Negros	33	18,3
Lideranças	30	16,7
Desempregados	29	16,1
Deficientes/Portadores de necessidades especiais	24	13,3
Vítimas de violência	23	12,8

Vítimas de discriminação	22	12,2
Homossexuais	17	9,4
Portadores de DST/HIV (AIDS)	16	8,9
Usuários/Dependentes de drogas	14	7,8
Presidiários	9	5,0
Comunidade indígena	7	3,9
Outros	13	7,2

Tabela 4 – Públicos Atendidos pelas Organizações Pesquisadas

Do total pesquisado, 48 organizações atuam com apenas um público-alvo específico. Deste número, 18 organizações atendem à sociedade em geral, 10 atendem a moradores do local e sete atendem a classe trabalhadora, categorias que são abrangentes por si só.

Sobre o **perfil de trabalhadores** das entidades, verificou-se que 40,6% das organizações não possuem contratados no seu quadro de pessoal. Das que mais possuem voluntários, destacam-se o Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil na Bahia, com 4 mil, a Primeira Igreja Batista do Brasil, com 1 mil e a Pastoral do Menor, com 700 voluntários. Das organizações que possuem mais de 100 voluntários, mais de 60% têm cunho religioso. Um total de 25% das organizações declararam não possuir trabalhador voluntário.

Analisando o **perfil dos dirigentes**, identificou-se que:

- 66,7% dos dirigentes das organizações são do sexo masculino;
- Quanto ao nível de escolaridade, 63,9% têm nível superior, 3,9% têm curso técnico profissionalizante, 25% têm 2º grau, 6% têm 1º grau e um dirigente é apenas alfabetizado. Quanto à idade, 30,6% têm entre 41 e 50 anos, 22,8% têm entre 51 e 60 anos, 20,6% têm entre 31 e 40 anos, 20% têm mais de 60 anos e um dirigente tem 20 anos;
- Cerca de 35% dos dirigentes das 180 organizações pesquisadas têm como principal atividade profissional a gestão da própria instituição.

Em relação ao **orçamento anual** das organizações (ano base: 2001), 32,2% dos entrevistados não quiseram revelar a informação — esta foi a questão com maior índice de não resposta. Cerca de 5,6% das organizações trabalham com um orçamento inferior a 10 mil reais; 14,4% têm um orçamento entre R\$ 10 e R\$ 50 mil; 12,8%, maior ou igual a R\$ 50 e menor que 100 mil; 8,3% têm um orçamento entre R\$ 100 e 200 mil; 10,6%, entre 200 e 500 mil; 7,2% trabalham com recursos financeiros iguais ou superiores a R\$ 500 mil e inferiores a R\$ 1 milhão e 8,9% trabalham com R\$ 1 milhão ou mais.

Em se tratando do estabelecimento de **parcerias**, 11,7% das organizações pesquisadas afirmaram não trabalhar em parceria com outras para desenvolverem ações e projetos. As organizações estabelecem parcerias conforme o quadro abaixo:

<i>Organizações Parceiras</i>	<i>Quant.</i>	<i>%</i>
ONGs, associações ou organizações comunitárias	99	55,0
Órgãos da administração pública municipal	80	44,4
Órgãos da administração pública estadual	78	43,3
Empresas privadas	69	38,3
Órgãos da administração pública federal	56	31,1
Redes, fóruns ou federações de organizações	49	27,2
Organismos internacionais	38	21,1
Sindicatos ou associações profissionais	38	21,1
Empresas públicas	34	18,9
Outros	19	10,6
Nenhuma	21	11,7

Tabela 5 – Perfil das Relações de Parcerias Estabelecidas pelas Organizações Pesquisadas⁴

Apenas 27 organizações das que estabelecem parceria mencionaram somente um tipo de organização parceira; todas as outras estabelecem parceria com dois ou mais tipos organizacionais distintos. Dos organismos internacionais mencionados como parceiros, destacam-se a União Européia, com quatro respostas, a Ágata Esmeralda (Itália) e a Misereor (Alemanha), atuando em parceria com três organizações, e organismos como Childhope

(Inglaterra), Adveniat (Alemanha), Handicap International, Ministério das Relações Exteriores da Itália e USAID (EUA), todos citados duas vezes diferentes como parceiros. No grupo “Outros parceiros”, as universidades⁵ são mencionadas como parceiros por 14 organizações.

Em relação às **fontes de recursos financeiros**, as organizações obtêm recursos para financiarem seus projetos e a própria instituição conforme o gráfico seguinte:

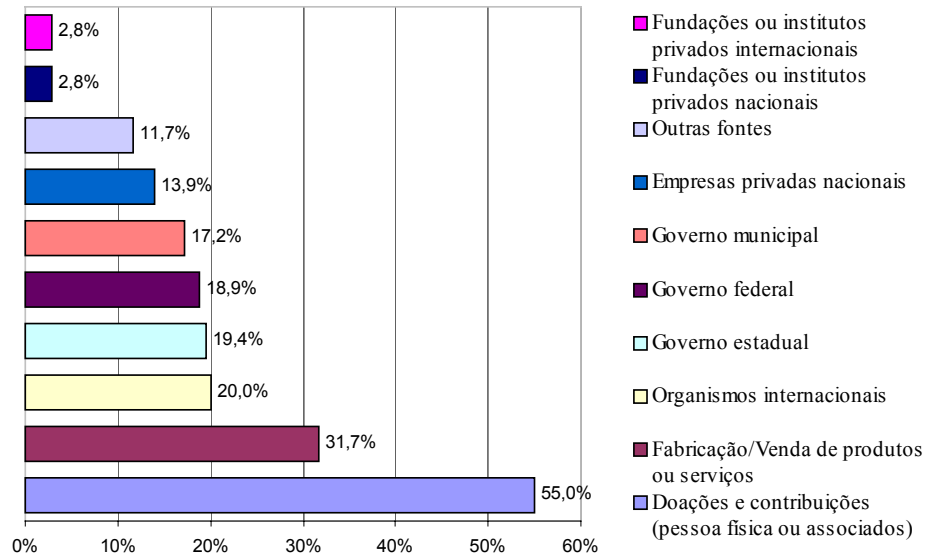


Figura 2 – Fontes de Recursos Financeiros das Organizações Pesquisadas⁶

Foi verificada uma grande diversidade em relação às fontes de recursos financeiros.

Seis organizações pesquisadas vivem com recursos exclusivamente oriundos de organismos internacionais (agências, ONGs, fundações), incluindo neste universo desde organizações com abrangência das ações no âmbito nacional até entidades que atuam restritamente no nível local/comunitário. Existem cinco organizações que se sustentam apenas com recursos financeiros oriundos do governo federal, como é o caso das organizações para-estatais pesquisadas que recebem recursos oriundos de arrecadação tributária, legalmente previstos. A maioria das organizações ambientalistas pesquisadas recebe algum recurso do governo federal, através do Ministério do Meio Ambiente. Os órgãos mais mencionados na instância federal foram o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente, financiando, respectivamente, 23,5% e 14,7% das organizações que possuem parceria com o governo federal. Foi também mencionado, por 35,3% do total que mantém parceria com o governo federal, o Programa Comunidade Solidária, que se caracteriza pelo foco na parceria entre Estado, empresas e sociedade civil. Neste caso, a maioria dos recursos foi destinada a atividades de capacitação de jovens.

Do total de organizações que recebe recursos financeiros do governo estadual, 25,7% menciona a Secretaria da Fazenda como órgão doador. A maioria desses recursos provêm do Programa “Sua Nota é um Show de Solidariedade”, que tem como objetivo principal aumentar a arrecadação tributária do Estado incentivando a população a cobrar as notas fiscais dos estabelecimentos. Quanto mais notas fiscais emitidas, maior é a arrecadação tributária e o repasse financeiro às instituições cadastradas no programa. Em seguida, 22,8% das organizações que mantêm parceria com o governo estadual destacam a Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETRAS).

No âmbito do governo municipal, 45% dos que recebem recursos da prefeitura municipal identificaram a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETRADS) como órgão financiador e cerca de 13% destacou a Secretaria Municipal de Educação.

Das organizações financiadas por empresas nacionais privadas, três são mantidas exclusivamente por esses recursos. Das entidades que recebem recursos de fundações ou institutos privados nacionais, duas mencionaram o Instituto Ayrton Senna e outras duas, o Instituto C&A. Sobre as organizações financiadas por fundações ou institutos privados internacionais, a mais citada foi a Fundação Ford, com duas citações.

O fabrico ou a venda de produtos ou serviços constitui única fonte de recursos financeiros de 17 organizações pesquisadas. Deste total, 35% refere-se a escolas, as quais recebem recursos financeiros através da cobrança de mensalidades de alunos, e 23,5% refere-se a aluguel de imóvel ou espaço físico. A maioria das organizações que fabricam ou vendem produtos ou serviços exerce tal atividade para garantir a sustentação da sua missão social. Por outro lado, não se evidencia missão social em alguns casos. Cabe destacar uma organização, que tem recursos financeiros decorrentes de atividades de elaboração e execução de projetos de consultoria e treinamento para empresas e não mencionou no rol de projetos nenhum com foco social específico. Apesar de viver exclusivamente da venda de serviços que não têm caráter social no sentido da filantropia nem da geração de algum benefício social aos membros que a constituem, esta organização é registrada como organização sem fins lucrativos e, por isso, consta em cadastros de organizações do terceiro setor. De fato, assemelha-se muito mais a uma organização da iniciativa privada.

Das entidades que recebem recursos através de doações de pessoa física ou contribuições de associados, 39 mantêm-se com 100% de recursos desta natureza. A autonomia delas não fica prejudicada, pois são muitas as pessoas que colaboram no caso de doações de pessoa física e há uma garantia estatutária no caso de contribuição de associados.

Conforme a análise dos dados, o estabelecimento ou não de parcerias tem relação com a forma com que as organizações obtêm seus recursos financeiros: todas as organizações que declararam não estabelecer parcerias obtêm recursos financeiros exclusivamente através da fabricação/comercialização de produtos/serviços e/ou através de doações de pessoa física/contribuição de associados. Assim, não se relacionam com organismos internacionais, empresas, ONGs e outras organizações que, muitas vezes, constituem-se fonte de recursos financeiros, materiais e de pessoal. Mas o contrário não foi verificado, ou seja, foram encontradas organizações que recebem recursos exclusivamente através da fabricação/comercialização de produtos/serviços e/ou através de doações de pessoa física/contribuição de associados e que estabelecem parceria.

Outra questão que reflete este ponto é a **participação em “espaços de articulação interorganizacional”**, conforme quadro a seguir:

<i>Espaço de Articulação Interorganizacional</i>	<i>Participa</i>	<i>Apenas conhece</i>	<i>Não conhece</i>
Conselho	39 (21,7%)	27 (15,0%)	114 (63,3%)
Fórum	39 (21,7%)	26 (14,4%)	115 (63,9%)
Agenda 21	17 (9,4%)	18 (10,0%)	145 (80,6%)
Orçamento Público Participativo	3 (1,7%)	29 (16,1%)	148 (82,2%)
Planejamento municipal	15 (8,3%)	26 (14,4%)	139 (77,2%)
Planejamento Regional/Estadual	9 (5,0%)	17 (9,4%)	154 (85,6%)
Planejamento Federal	8 (4,4%)	15 (8,3%)	157 (87,2%)
Outras Iniciativas	12 (6,7%)	6 (3,3%)	162 (90,0%)

Tabela 6 – Participação em Espaços de Articulação Interorganizacional

Do total de organizações pesquisadas, 97 delas (54%) declaram não participar de nenhum dos tipos de espaços de articulação interorganizacional constantes na Tabela 6, sendo que a maioria deste grupo não conhece nenhuma dessas iniciativas. Das que participam: 49 organizações participam de apenas um dos tipos de espaço de articulação interorganizacional constantes na Tabela 6; 19 organizações participam de dois dos tipos de espaço de articulação interorganizacional; oito organizações participam de três tipos diferentes de espaço de articulação interorganizacional; cinco organizações participam de quatro tipos diferentes de espaço de articulação interorganizacional; uma organização — Fundação Movimento

OndAzul — participa de cinco tipos diferentes de espaço de articulação interorganizacional; uma organização — Sindicato dos Jornalistas do Estado da Bahia (SINJORBA) — participa de seis tipos diferentes de espaço de articulação interorganizacional.

Um percentual de 21,7% das organizações pesquisadas participa de conselhos gestores no âmbito municipal, estadual e/ou federal. O mais citado, com participação de 30,7% deste total de 39 entidades, foi o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Em seguida, com quatro organizações participantes, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e, com três citações, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CECA).

Ocorre também uma participação de 21,7% das organizações em fóruns diversos, espaços onde se articulam entidades da sociedade civil entre si e/ou com entidades do Estado e/ou do mercado para discussão sobre problemas comuns, busca por direitos etc. É o caso, por exemplo, do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Centro de Salvador, onde atores das três esferas e de áreas diversas (educação, saúde, comércio, arte e cultura etc.) discutem ações para o desenvolvimento da localidade. Participam desta iniciativa seis organizações pesquisadas. Do Fórum Comunitário de Combate à Violência, articulado pela Universidade Federal da Bahia, participam cinco organizações. Do Fórum de ONGs da Associação Brasileira de ONGs (ABONG) fazem parte quatro organizações. O Fórum Estadual de Direitos Humanos, o Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia (FDCA/BA) e o Movimento de Intercâmbio Artístico Cultural pela Cidadania (MIAC)⁷ foram citados, cada um, por três entidades pesquisadas.

Do universo pesquisado, 9,4% participa da Agenda 21, iniciativa de desenvolvimento sustentável. Em relação a participação em orçamentos públicos, apenas cinco organizações pesquisadas afirma participar de iniciativa desta natureza. Tal fato é compreensível, uma vez que a Bahia não tem tradição nesta área. Nenhuma delas refere-se à capital do Estado, mas a municípios do interior onde ocorre a prática de orçamentos públicos participativos.

As organizações foram questionadas também quanto a participação em iniciativas de desenvolvimento local ou desenvolvimento sustentável. Das 180 organizações pesquisadas, 35 afirmaram participar de uma ou mais iniciativa(s). Verificou-se que o entendimento ou a afinidade com o conceito de desenvolvimento local não é uma realidade de todos os respondentes da pesquisa. Por exemplo, quando perguntadas sobre a participação em espaços de articulação interorganizacional, 17 organizações declararam participar da Agenda 21, mas apenas duas a ilustraram enquanto iniciativa de desenvolvimento local. Provavelmente, a participação na Agenda 21 não é feita pelo respondente da pesquisa — que, por isso, desconhece os seus fundamentos.

Quase 1/3 das organizações que declararam participar de alguma iniciativa de desenvolvimento local exemplificaram com a própria atuação da entidade, o que é interessante na medida em que revela a conscientização do seu papel para o desenvolvimento local. Algumas destas organizações têm programas estruturados no âmbito do desenvolvimento local. É o caso, por exemplo, das duas instituições SEBRAE pesquisadas, que atuam através do Programa Especial de Emprego e Renda (PRODER); da Caritas Brasileira – Regional Nordeste 3, que ilustra no rol de projetos várias ações com ênfase no desenvolvimento local, em especial o Programa de Convivência com o Semi-árido; da Associação Voluntários para o Serviços Internacional (AVSI-Brasil) e da Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana (CDM), organizações que desenvolvem projetos em parceria e, no âmbito do desenvolvimento local, destaca-se o Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados (bairro de Salvador).

Sobre as principais dificuldades que as organizações enfrentam, segue quadro síntese abaixo.

<i>Dificuldade</i>	<i>% das citações</i>
Dificuldades financeiras	32
Dificuldades materiais/infra-estruturais	20
Dificuldades de relacionamento/consolidação de parceria	19
Dificuldades de pessoal	11
Dificuldades de gestão	10
Dificuldades conjunturais/externas à organização	8

Tabela 7 – Principais Dificuldades Enfrentadas pelas Organizações Pesquisadas

Em relação às principais dificuldades mencionadas, natural que a maioria delas tenha colocado a falta de recursos financeiros como principal dificuldade, uma vez que predomina a vontade de fazer cada vez mais pelo social a despeito dos recursos existentes. Em seguida, a falta de recursos materiais, problemas com espaço físico e infra-estrutura foram as principais queixas. Quanto às dificuldades de consolidação de parceria, a maior citação foi em relação ao governo. Outra dificuldade mencionada foi a falta de profissionais capacitados e a falta de treinamento.

Uma análise das respostas evidencia que “as organizações não governamentais variam entre si [...] mas hoje todas coincidem em que têm que gerir eficientemente seus recursos humanos, materiais e financeiros para conseguir atingir os objetivos para as quais foram criadas” (CARVALHO, 2000, p. 9). Tenório (1999, p. 11) discute esta questão e alerta que o terceiro setor corre o risco de tornar-se muito semelhante ao mercado, ou seja, passar “de uma referência singularmente fundada em teorias sociais que referenciam processos democráticos na busca da justiça social, da solidariedade, para uma prática mercantil, assentada em teorias organizacionais que buscam resultados”. Assim, é preciso conciliar a profissionalização, numa perspectiva gerencialista, com a prática da gestão social, numa perspectiva dialógica que fortaleça do exercício da cidadania.

5.1. Diversidades e Semelhanças: O Campo do Terceiro Setor

Verificou-se uma grande diversidade organizacional no campo do terceiro setor. Além disto, evidenciou-se com o estudo um questionamento sobre a legitimidade de todas as organizações encontradas e pesquisadas pertencerem à esfera do terceiro setor. Retomando a definição proposta por Salamon e Anheier (1992), as organizações do terceiro setor devem ser: formais, privadas, não-distributivas de lucro, autônomas e voluntárias. Até que ponto esta definição abarca a realidade?

Foram encontradas organizações de acordo com o desenho abaixo:

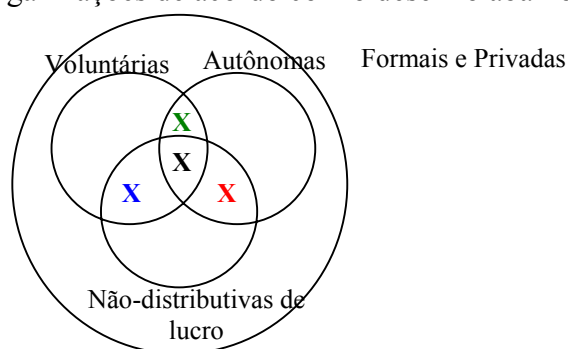


Figura 3 – Distribuição das Organizações Pesquisadas (critérios Salamon e Anheier, 1992)

A maioria das organizações encontra-se no centro da figura, ou seja, no ponto de interseção entre os cinco critérios definidos (X). Entretanto, apesar de poucas, algumas organizações estão fora deste contexto.

Analisando as fontes de recursos financeiros das entidades pesquisadas, os dados indicam que uma quantidade razoável de organizações (38,9% do total pesquisado) obtêm seus recursos financeiros de um único tipo de fonte de financiamento. Deste total, 80% refere-se a venda de produtos/serviços e/ou doações de pessoa física/contribuições de associados.

Quanto às 20% restantes, cabe destacar que: todas as seis organizações que recebem recursos somente de fontes internacionais (agências ou fundações) mencionaram apenas uma fonte mantenedora; das cinco organizações que recebem recursos exclusivamente do governo federal, três recebem recursos através de parcerias específicas com programas governamentais e, portanto, não têm nenhuma garantia de continuidade no recebimento dos recursos; duas das três organizações que recebem recursos exclusivamente de empresas privadas têm apenas uma entidade mantenedora, podendo ficar à mercê de estratégias empresariais. Assim sendo, esse grupo de 11 organizações tem uma autonomia questionável.

Sobre o trabalho voluntário, retomando os dados apresentados, 25% das entidades afirmaram não possuir trabalhador voluntário no quadro. Isto pode ser atribuído a um desconhecimento dos respondentes sobre a existência de trabalho voluntário, ao menos no âmbito de diretoria ou de conselho, talvez pelo fato de essas organizações terem semelhança com uma empresa convencional, onde todos são remunerados.

Há que se ter cuidado com o critério de “não distribuição de lucro” proposto na definição estrutural-operacional. Ao menos no caso do Brasil, onde a permissão para uma organização ser do tipo sem fins lucrativos é ampla e independe de seu propósito de atuação. Tal fato ficou evidente após uma consulta feita à seção jurídica da RITS em 03/06/2002:

Pergunta: Para uma organização ser sem fim lucrativo, basta apenas ela prever a não-distribuição de lucro entre os membros, mas o investimento na própria organização? Ou isso depende de sua ação social?

Resposta: Em matéria de direito a finalidade não lucrativa depende apenas do destino que se dá ao lucro e ao patrimônio da instituição. Não há nada que vincule essa finalidade com ação social.

Uma organização pesquisada, apesar de autônoma e de possuir voluntários na cúpula organizacional (Conselho Deliberativo), não pode ser caracterizada enquanto não-distributiva de lucro da mesma forma que as demais. Apesar de não haver a distribuição do lucro formalmente, tal organização se sustenta com a venda de projetos de consultoria e treinamento empresarial, com um foco que não é necessariamente social e remunerando todos os seus funcionários — o trabalho voluntário restringe-se às exigências legais para ser uma entidade sem fins lucrativos. Então, por que esta organização encontra-se nos cadastros de organizações do terceiro setor? Pelo fato de ser registrada juridicamente como uma organização sem fins lucrativos. Neste caso, o lucro é reinvestido na missão da organização (que não tem cunho social) e provavelmente reflete-se na remuneração do pessoal. O mesmo parece acontecer com escolas pesquisadas, que não mencionaram se têm algum programa de bolsa para alunos carentes ou algum investimento voltado para a comunidade e vivem exclusivamente das mensalidades cobradas dos alunos. O fato de atuarem na área de educação, ainda que cobrem pelos serviços, as habilita para serem entidades sem fins lucrativos.

Ainda que determinadas organizações sigam formalmente os cinco critérios adotados por Salamon e Anheier (1992) na definição estrutural-operacional, sua legitimidade enquanto pertencente à esfera do terceiro setor pode ser questionada. Isto porque a definição estrutural-operacional negligencia o propósito da organização. Se assumimos que é também fundamental ter interesse público ou coletivo para uma organização ser considerada do terceiro setor e, além disto, reconhecemos este interesse enquanto a ação social explícita e prioritária da organização, a partir dos projetos por ela desenvolvidos, encontramos um viés objetivo para entender e diferenciar as organizações entre o mercado e o terceiro setor.

6. Conclusões

O estudo apresentado permitiu a configuração do terceiro setor no espaço organizacional estudado. Foi possível desmitificar alguns conceitos e preconceitos, permitindo colocar as organizações do terceiro setor num plano não idealizado para o bem — as organizações “do bem” — ou para o mal — as organizações que servem o “mal”, incorporado no neoliberalismo (perspectiva funcionalista). São organizações como outras

quaisquer, sujeitas a contradições e críticas, e que podem ser mais ou menos próximas da lógica predominante no Estado — servir o interesse público — ou do mercado — servir o interesse de particulares.

A pesquisa realizada contribuiu para a percepção de que o termo terceiro setor pressupõe diversidade organizacional. Entretanto, a despeito da diversidade e das diferenças existentes entre os tipos organizacionais encontrados, as organizações do terceiro setor parecem estar se tornando mais semelhantes entre si nos seguintes aspectos: quase todas as organizações atuam em mais de uma área e a maioria das organizações atua em parceria com outras organizações, denotando uma busca pela ação integrada e pela interdisciplinariedade. É possível que esta semelhança esteja ocorrendo entre todas as organizações, no sentido de que todas elas, independentemente da esfera (Estado, mercado ou terceiro setor), estejam mais preocupadas e engajadas com as questões sociais.

Em síntese, as principais conclusões deste estudo foram as seguintes:

- ser uma organização do terceiro setor não implica atuação social;
- a autonomia, o voluntariado e/ou a não-distribuição de lucro de algumas organizações do terceiro setor são questionáveis;
- terceiro setor não é um todo homogêneo: há uma grande diversidade organizacional;
- há uma semelhança entre organizações do tipo *member-serving* (ex.: sindicatos) e organizações de interesse público/coletivo;
- há um alto nível de atuação em mais de uma área/serviço/público-alvo atendido, o que denota uma tentativa de atendimento integral às demandas sociais;
- há um alto nível de relacionamento interorganizacional entre organizações do terceiro setor e outras organizações, sobretudo do próprio terceiro setor.

Convém salientar uma última reflexão. Terceiro setor, mercado, Estado... Mais importante que separar as organizações em esferas é perceber que, de fato, as três são interligadas e devem ser regidas por princípios comuns, valores éticos e práticas de gestão social. Afinal, independente da esfera, em que atuam as organizações têm — ou deveriam ter, como orientou Mary Parker Follett⁸ — a felicidade e o bem-estar da sociedade, como objeto maior.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Mário Aquino. **Terceiro Setor: O Dialogismo Polêmico**. 2002. Tese (Doutorado em Administração) – FGV/EAESP, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2002.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: Um Estudo Comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Senac, 2000.
- FALCONER, Andrés Pablo. **A Promessa do Terceiro Setor: Um estudo sobre a construção do papel das organizações em fins lucrativos e do seu campo de gestão**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FERNANDES, Rubem César. **Privado porém Público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés Pablo. **Desafios da Parceria Governo-Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: I Encontro da Rede de Pesquisas sobre o Terceiro Setor na América Latina e Caribe – ISTR, 1998. Disponível em <<http://www.rits.org.br>> Acesso em 7 Abr. 2000.
- FISCHER, Tânia. **Interorganizações e Instituições como Recursos ao Desenvolvimento Local**. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq. Salvador: Escola de Administração da UFBA, NEPOL, 1999.

- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Esclarecendo Terminologias: As Noções de Terceiro Setor, Economia Solidária e Economia Popular em Perspectiva. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano II, n. 5, p.51-59, Dez. 2001.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e ONG's no Brasil na Era da Globalização. In: _____. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GRAHAM, Pauline (org.). **Mary Parker Follett: Profeta do Gerenciamento – Uma Celebração aos Escritos dos Anos 20**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- LANDIM, Leilah; BERES, Neide. **As Organizações sem Fins Lucrativos no Brasil: Ocupações, Despesas e Recursos**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- MEDINA, Miriam. **Participação e Espaço Urbano no Contexto Colombiano**. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- MENDES, Luís Carlos Abreu. Estado e Terceiro Setor: Uma Análise de Duas Iniciativas de Aproximação. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração (ENANPAD), XXIII, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD.
- RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, v. 32, n. 5, p. 25-67, Set./Out. 1998.
- SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. In Search of the non-profit sector I: The question of definitions. **Voluntas**, v. 3, n. 2, 1992.
- _____. The Third World's Third Sector in Comparative Perspective. In: Lewis, D. (ed.) **International Perspectives on Voluntary Action: Rethinking the Third Sector** London: Earthscan, 1999.
- SANTANA, Maria das Graças Firpo Sandes. **Organizações não-governamentais no Brasil: Um Estudo de Caso**. 1992. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.
- TENÓRIO, Fernando G. (org.). **Gestão de ONGs: Principais Funções Gerenciais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- _____. Um Espectro Ronda o Terceiro Setor: O Espectro do Mercado. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, v. 33, n. 5, p. 85-102, Set./Out. 1999.
- TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Pensar o Terceiro Setor pelo Averso: Dilemas e Perspectivas da Ação Social Organizada na Gestão Pública. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração (ENANPAD), XXV, 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD.

Notas

- ¹ Definição americana. No Brasil, costuma-se chamar o Estado de primeiro setor e o mercado de segundo setor.
- ² As igrejas fazem parte do terceiro setor, não pertencendo à iniciativa privada com fim lucrativo nem ao Estado.
- ³ Segundo Kanitz e Engel, a distribuição das entidades beneficentes segue a lógica da distribuição de renda no Brasil, ou seja, “estão concentradas no eixo Rio-São Paulo, longe dos bolsões de pobreza do Norte e Nordeste.” (Stephen Kanitz e Wanda Engel. In: terceiro setor herda distorções do Brasil. Jornal Folha de S. Paulo, 01/04/2001, Especial 6)
- ⁴ Uma organização não respondeu esta questão.
- ⁵ As universidades públicas também foram consideradas no grupo “Outros Parceiros”, e foram maioria nas respostas em relação a universidades privadas.
- ⁶ Quatorze organizações não informaram as fontes financiadoras.

⁷ O MIAC foi uma das organizações entrevistadas. Caracteriza-se como uma organização-rede, ou seja, é constituída pela articulação de organizações da área de arte-educação.

⁸ Ver GRAHAM, 1997.